

- Sinto-me honrado! Obrigado Secretária Lucina Temer pelo convite!
- Debater sobre o tema criança e adolescente no contexto da cidade de São Paulo é um grande prazer para mim. Remete as minhas memórias como Secretário Municipal e ao esforço que empreendemos para construir soluções!
- A tarefa torna-se inda mais árdua pelo momento que vivemos.
- Estamos em um ano de profunda instabilidade política e a desaceleração econômica. Os sinais da crise são evidentes: decréscimo do PIB, aumento da inflação, redução de crédito, contração do consumo, queda na arrecadação de impostos e aumento da taxa de desemprego.
- Em setembro o IPEA lançou a 23ª Edição do Boletim de Políticas Sociais, nele evidenciou-se o aumento da extrema pobreza no país salientando a quebra da tendência de queda que observávamos desde 1996, com o Plano Real. O mesmo documento correlacionou o aumento da extrema pobreza a crise econômica, ao desemprego e a falta de correção Bolsa Família.
- A crise impacta o contexto familiar e conseqüentemente aumenta a vulnerabilidade das nossas crianças e adolescentes.
- Assim, é fundamental encontros como estes! Encontros que capacitem sobre a Proteção Especial, sendo a questão do acolhimento um tema central.
- A Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e a Secretária de Assistência Social da cidade de São Paulo estão juntas em um grande desafio: o reordenamento da rede de acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes.
- O reordenamento é um compromisso que pactuamos juntos! Nossa meta é colocar a rede de acolhimento da capital em consonância com as normativas e princípios que regem essa medida de proteção.
- Os ganhos serão muitos: garantia de boa acolhida, instalações físicas adequadas, garantia da convivência familiar e comunitária, não separação de irmãos, frequência escolar, trabalho técnico visando a reinserção.

- A Secretária ajudará neste trabalho, através da sua Diretoria Regional, através da supervisão, orientação e cofinanciamento.
- É com alegria que observo a aproximação entre SEDS e SMADS. Neste ano, além do trabalho cotidiano da DRADS Capital com a gestão da SMADS, as equipes técnicas se propuseram a trabalhar juntas para avançar em questões complexas.
- Um exemplo fabuloso desta aproximação foi a construção do Fluxo para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil na região metropolitana (o chamado "Meninos da Sé"). O fluxo está em fase de finalização com Ministério Público, Defensoria, Conselhos Tutelares e prefeituras locais.
- Outro exemplo feliz é a construção do Sistema Estadual de Medidas Socioeducativas- MSE. Para tanto a articulação estado-município foi fundamental, e a SMADS foi peça chave nesta contribuição.
- No que tange o cofinanciamento, aproveito para mencionar as alterações feitas neste ano no FEAS:
 - Resolução 15/2015 - Permite ao município REPROGRAMAR o recurso do repassado.
 - Resolução 16/2015 - Utilização de até 60% do valor repassado ao município para o PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO SUAS.
- O trabalho é grande! Eu diria, proporcional a imensidão de nossa cidade!
- São 141 serviços de acolhimento institucional e 2760 crianças e adolescentes em medida de proteção de acolhimento institucional (conforme Plano de acolhimento entregue em abril/2015).
- O estado reconhece o esforço empreendido pelo município já há alguns anos para a consumação do reordenamento.
- Tivemos melhoras expressivas no que se refere ao número de crianças abrigadas, por exemplo.
- O trabalho não finda aqui! Sabemos que a lógica da institucionalização ainda prevalece!

- Juízes ainda consideram a pobreza como "negligência", fato que justificaria o acolhimento.
- Sabemos também que provisoriedade inerente ao serviço nem sempre é considerada pelo Judiciário e pelos Conselhos Tutelares.
- Assim, ressalto que o Estado se coloca ao lado do Município para uma provocação a estes órgãos (Judiciário e Conselhos Tutelares) para podermos avançar no entendimento da finalidade do acolhimento como medida protetiva e provisória, e, mais ainda, para qualificarmos as informações ao Judiciário sobre a Política de Assistência Social, seus objetivos, potência e também limites.
- A judicialização é um fenômeno crescente em todo o Brasil. Considero necessário um esforço conjunto para que sejam acordados limites que respeitem as normativas próprias de cada política setorial.
- Já tivemos algumas iniciativas nesse sentido, nos articulamos com o Núcleo Técnico de Criança e Adolescente e ofertamos, por meio da Escola de Magistratura, videoconferências para juízes e apoio técnico para as Varas da Infância do Estado de São Paulo.
- Foram feitas 3 videoconferências:
 - 1ª sobre a Política de Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social;
 - 2ª sobre Acompanhamento Familiar;
 - 3ª sobre Reordenamento de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.
- A ação de disseminar conhecimento sobre a Política de Assistência Social é uma prerrogativa da minha gestão! Neste ano empreendemos um grande esforço em potencializar a nossa Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp).
- Temos o dever de capacitar e orientar os municípios na construção de protocolos de atendimentos e conscientizar as outras políticas e órgãos de que Política de Assistência é autônoma, possui legislação própria, constitucional e consoante com os Direitos Humanos e Estatutos de Defesa da Criança, do Idoso e do Deficiente.
- Para o próximo ano a SEDS se compromete em ofertar uma capacitação sobre acolhimento institucional. Tratando temas polêmicos como, por exemplo, a diversidade sexual e de gênero nos serviços. Este tema partiu da última

Conferência Estadual LGBT, que apontou o problema da dificuldade de inserção principalmente de adolescentes travestis e transexuais nos serviços.

- Não há fórmulas prontas! Temos que dialogar, construir, juntos, caminhos para prover proteção - e não revitimizar esse segmento já tão vitimizado.
- Somente juntos, podemos construir o futuro que queremos!